

O INTELLECTUAL JOÃO ROBERTO E SUAS ANÁLISES SOBRE O SISTEMA DE ENSINO CATARINENSE: A CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE MODERNIDADE.

Leziany Silveira Daniel / UFPR

6. Intelectuais, pensamento social e educação.

O intelectual catarinense João Roberto Moreira (1912-1967) tornou-se figura conhecida no âmbito nacional, quando de sua atuação junto aos principais órgãos da pesquisa educacional no Brasil, como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, nas décadas de 1940 e 1950. Nesses espaços, principalmente, ele desenvolveu importantes estudos sobre os sistemas de ensino brasileiros, entre eles, o do Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, a análise de suas propostas e reflexões acerca do ensino catarinense, em especial, colabora, diretamente, para o entendimento acerca do projeto de educação e de modernidade discutido naquele momento. Suas considerações acerca do estado catarinense, produzidos em diferentes momentos de sua trajetória profissional, evidenciam o processo de formação e maturação de um intelectual que participe do Movimento pela Escola Nova, encontrou na ciência o principal instrumento para consolidar o projeto de modernização da educação e, por conseguinte, da própria sociedade. Portanto, para entender as análises de Moreira sobre o sistema de ensino catarinense é necessário perceber a própria trajetória desse intelectual no campo da educação, processo esse que se iniciou na cidade de Curitiba / PR.

No Estado do Paraná, no início dos anos 30, Moreira aproximou-se dos ideais do Movimento pela Escola Nova mediante suas interlocuções com Erasmo Pilotto (SANTOS, 2004; PUGLIELLI, 1996; VIEIRA, 2001), mediante participação no Centro de Cultura Filosófica, fundado em 1927. Esse Centro visava, segundo Pilotto, contribuir para a reflexão livre e aprofundada acerca de todos os problemas, a partir de uma formação social e política. Destacam-se, dentre algumas das principais iniciativas do Centro no início da década de 1930, a tentativa de criação de uma Universidade Popular e a realização da Campanha pela Escola Nova no estado paranaense, mediante realização de conferências, distribuição do boletim intitulado 'Ideário da Escola Nova' (SANTOS, 2004). Moreira participa, assim, de um momento histórico em que pensar as questões educacionais significava esboçar um projeto de sociedade, ancorado nos ideais de implantação e modernização do sistema de ensino. Contudo, era um momento de intensas discussões e disputas ideológicas. Escolher e defender os preceitos da Escola Nova significava também uma luta pela ocupação de espaços políticos e sociais. Nessa perspectiva, Moreira

presenciaria um episódio que ilustra a tentativa de implantação dos novos preceitos e a resistência social a eles. Inspirado pelo Inquérito sobre a educação, realizado por Fernando de Azevedo em 1926 e publicado no jornal 'O Estado de São Paulo', Pilotto tentara fazer o mesmo em Ponta Grossa /PR, quando era Diretor da Escola de Professores dessa cidade, só que acabara sendo preso. Nesse episódio, Moreira ainda cursava a Faculdade de Direito, mas já trabalhava com Erasmo Pilotto na Escola de Professores de Ponta Grossa. Nessa instituição educativa, Pilotto trabalhou como Diretor e Moreira como Secretário (PARANÁ, 1933). Já em 1934, Moreira tornou-se catedrático (por concurso) de Português e Literatura nessa mesma escola, sendo, em seguida, seu oitavo Diretor (OLIVEIRA, 2002).

O Movimento pela Escola Nova vivenciado por Moreira no Paraná lhe daria os subsídios para continuar esse processo de aproximação / discussão da educação agora no Estado de Santa Catarina, primeiro quando assumiu a Direção do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville (1935-1936), e em seguida, quando passa a se dedicar à formação de professores, lecionando e dirigindo o Instituto de Educação de Florianópolis (1937-1945).

Nesse momento, Moreira estabeleceu significativas ligações com o governo catarinense, contribuindo na discussão e, mesmo, na justificação de políticas educacionais implementadas durante o Estado Novo, período em que o processo de nacionalização tornava-se peça-chave para a implementação do ideal de modernidade. Principalmente, durante o governo do Interventor Federal em Santa Catarina Nereu Ramos (1937-1945), tais propósitos de nacionalização foram mais acirradamente perseguidos, cabendo à escola socializar os catarinenses num novo ideário de organização social, pautado em princípios definidos e legitimados por um discurso científico e racional. Com o olhar voltado para as mais importantes unidades da federação nacional, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, o governo catarinense promoveu importante reestruturação no seu aparelho educacional, que evidenciava o esforço de direcionar-se e adequar-se aos principais pressupostos filosóficos, pedagógicos, entre outros, integradores do chamado 'movimento de renovação educacional', do 'Movimento pela Escola Nova'. Embora no Estado de Santa Catarina tenha se intensificado a questão da nacionalização do ensino, principalmente durante o Estado Novo, já nos primeiros anos da República, sob o governo de Vidal Ramos (1910-1914), o professor paulista Orestes Guimarães reformou significativamente a estrutura, os métodos e os procedimentos pedagógicos da escola catarinense. Em sua reforma, em 1911, Guimarães criou um novo tipo de escola, o chamado Grupo Escolar, já

existente no Estado de São Paulo. Segundo NÓBREGA (2003), os grupos escolares são considerados as primeiras escolas públicas primárias brasileiras, baseadas numa organização administrativa, programática, metodológica e espacial que atendia às concepções educacionais do tipo ‘moderno’, já em vigor em escolas particulares de São Paulo¹. Por conta disso, também a Escola Normal foi modificada, reorganizando-se o programa de admissão e aprovando-se um novo regulamento.

No governo de Nereu Ramos houve, de fato, nova reforma educacional, centralizando-se, contudo, na re-estruturação dos cursos de formação dos professores. Articulado com os princípios do Estado Novo, principalmente quanto ao objetivo de constituição da nacionalidade brasileira, o governo de Ramos investiu “no projeto de modernização e nacionalização do sistema escolar catarinense, principalmente, a partir de 1938, quando concretizaram-se medidas como a proibição do uso da língua estrangeira nos estabelecimentos escolares e a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do ensino” (CAMPOS, 1999, p. 153). Destaca-se a reforma no ensino catarinense realizada em 1935, a chamada “Reforma Trindade” (Decreto 713, de 8 de janeiro), feita por Luiz Bezerra da Trindade, então Diretor da Instrução Pública do Estado. Nessa reforma, as Escolas Normais transformaram-se em Instituto de Educação. Já no ano de 1939, sob o Decreto-lei n. 306, de 2 de março, os Institutos de Educação de Santa Catarina organizaram-se em: Pré-primário (3 anos) / Primário (4 anos) / Fundamental (5 anos) / Normal (2 anos)². Considera-se que foi a partir das reformas ocorridas nos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos de 1930 que se introduziram, mais fortemente, as chamadas ‘Ciências Fontes da Educação’ nos currículos catarinenses. Com os ‘renovadores da educação’ um novo discurso pedagógico foi criado, no qual as ‘Ciências Fontes da Educação’ são chamadas a dizer a verdade sobre a criança (CARVALHO, 2002). O método intuitivo até então indicado como método a ser adotado pelas escolas e a ser implementado pelos professores precisava ser superado e substituído

¹ Segundo NÓBREGA (2003, p. 256), “os ‘modernos processos pedagógicos’ – o ‘método intuitivo’ ou ‘lição das coisas’ – são identificados com os procedimentos pedagógicos considerados científicos, tendo como base a observação e a exploração da percepção dos órgãos dos sentidos – como conceberam Froebel e Pestalozzi”.

² Com a criação do Curso Normal, no ano de 1939, o governo redefiniu os programas e conteúdos das disciplinas de Pedagogia, Sociologia e Psicologia. Os programas das disciplinas de Psicologia Educacional e de Pedagogia foram estabelecidos por João Roberto Moreira, o então professor catedrático dessas matérias no Instituto de Educação da capital. Já o programa de Sociologia Educacional foi elaborado por Henrique Stodieck, professor titular dessa cadeira no Curso Normal desse mesmo Instituto (DANIEL, 2003).

pelo método da ‘escola ativa’. Por isso, a adoção desse método requeria uma mudança significativa na estrutura da formação dos professores.

Diante do exposto, foi no limiar de implantação da reforma de 1935 que Moreira regressou ao estado catarinense. À frente do Curso Normal, instituição modelo de formação de professores em Santa Catarina, Moreira contribuiu para a criação de um ambiente de efervescência intelectual, abordando temáticas que buscavam a constituição científica do campo pedagógico catarinense, bem como proporcionavam maior embasamento científico das políticas educacionais implementadas no sistema de ensino catarinense. Para Moreira, nesse sentido, a ciência assumia função central no auxílio da definição dos rumos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros. Para ele:

a ciência é a geratriz inesgotável de técnicas e ações. Ensina-nos a prever o curso dos fenômenos, fornece-nos meios de nele influirmos, desviando-o em nosso próprio benefício. De modo que, numa aparente paradoxal conclusão, a ciência, que positiva o determinismo universal, o qual, sem o encadeamento necessário das condições e condicionado, não nos permite apanhar a inteligibilidade do real, essa mesma ciência nos liberta e proclama a razão criadora, porque nos dá meios de modificar esse determinismo e de realizar o novo, tornando-nos senhores do futuro (1941, p. 6).

Dada essa importância, Moreira define a sua época como o momento em que a “racionalidade-atitude” e a “racionalidade ativa” deve imperar e se efetivar. Essa postura diante da realidade implicaria estar voltado para o objetivo e o prático, procurando-os controlar e dirigir (MOREIRA, 1941). Imbuído deste entendimento, durante esse período, Moreira participou de importantes eventos promovidos pelo governo que tratavam, diretamente, de questões centrais abordadas no campo da política, como a educação e a cultura.³ Nos estudos apresentados nesses eventos, Moreira analisa as reformas e iniciativas educacionais realizadas pelo governo catarinense, como forma de “compreender a lição do passado, para melhor esclarecer o presente e, com mais segurança, construir as bases do futuro” (1938, p. 2). Em especial, a reforma realizada por Orestes Guimarães em 1911, no governo de Vidal Ramos, é muito elogiada. Embora aponte que muitos críticos a condenem, justifica que a reforma realizada naquele momento era a reforma possível, no

³‘O Plano Elaborado no governo de Vidal Ramos e as questões educacionais na atualidade’, discurso pronunciado em 1938, na festa comemorativa do 25º aniversário de fundação do Grupo Escolar Silveira de Souza (situado na cidade de Florianópolis / SC); a ‘A escola e o abandono’, conferência realizada em 13 de outubro de 1943, por ocasião da comemoração da ‘Semana da Criança em Santa Catarina’; e ‘Unidade Cultural’, discurso pronunciado no dia 15 de novembro de 1943, durante a realização do ‘Terceiro Congresso de Brasilidade’.

qual predominava “uma filosofia educacional que baseava o progresso do gênero humano na instrução intelectual e física exclusivamente” (idem). Para tanto, ponderava Moreira que a reforma realizada havia sido eficiente. A escola resultante da reforma Orestes Guimarães assumia uma “fisionomia nitidamente local”, com o típico professor da roça. Assim, embora considerando que aquela escola assumiu características intelectualistas e tradicionais, “atingiu plenamente a sua finalidade” (MOREIRA, 1938, p. 2). Para tanto, destaca o cuidado em não se condenar o passado. Moreira justifica a necessidade de se pensar em uma nova escola, para uma nova sociedade, já que os tempos eram outros. Nesse sentido, ressalta a eficiência do trabalho desenvolvido pelo governo de Nereu Ramos que continuava seguindo os propósitos do passado, mas estando atento às novas necessidades e problemas do presente. Todavia, chamava a atenção de que essas necessidades e problemas educacionais, segundo ele, nunca alcançariam resolução definitiva, pois “é certo dizer que ainda existe o problema educacional, assim como é certo afirmar que ele existirá sempre, em virtude de ser condicionado pelo progresso e evolução da sociedade” (1938, p. 3). Nesse sentido, Moreira fundamenta sua reflexão, explicitamente, a partir da teoria de Durkheim, em que a educação se apresenta como algo instável, evolutivo, mutável, em transformação constante. Por esses motivos, considerava que a “solução de uma época, nunca será completa, supondo sempre melhoria, reforma, readaptação, a necessidade que, por sua vez, crescem e diminuem, permanecem ou se substituem” (idem).

A escola, nessa perspectiva, deveria ser, segundo Moreira, “o lugar ideal do tratamento da criança, a oficina em que se forjará, não o homem, como se diz vulgarmente, mas a sociedade do futuro” (1943, p. 7). Sendo a escola “a instituição por excelência da criança”, a ela não cabia somente a tarefa de instruir, mas principalmente educar, procurando se tornar “algo semelhante ao lar e ao quarteirão em que a criança vive” (idem, p. 8). Contudo, aponta Moreira que, a criança contemporânea vivia, naquele momento, num estado de semi-abandono, por considerar, que com a nova organização social e econômica também a família havia sofrido mudanças, havendo descuido dos pais com relação à educação dos seus filhos. Dessa forma, Moreira conclui que a obra da escola não era somente educativa, mas também era chamada a desempenhar função até então realizada pelo lar. A escola assumia, prioritariamente, o lugar da família na educação das crianças.

Contudo, não bastava investir apenas no aumento das escolas, era preciso a implementação de novos métodos e princípios educativos. Segundo Moreira, o aluno não

poderia ser mais passivo, devendo ser ele o “coração, o centro dos interesses (sic) e de todas as iniciativas escolares” (idem, p. 8). O professor, nesse sentido, deveria implementar um método mais ativo, o da escola ativa, pois “educar não é exigir tudo do aluno com pouco ou quase nada de nossa parte; educar é trabalhar, não seguindo um padrão rotineiro de aulas orais, mas pela renovação contínua dos métodos e pelo apêlo (sic) constante às possibilidades naturais e aos interesses (sic) do educando!” (idem, p. 14). Nesse sentido, salienta que a escola em Santa Catarina procurava alcançar esse ideal e admite que “o Govêrno (sic) da minha terra está vivamente empenhado em fazer da saúde pública e da educação, a matéria central de seu programa administrativo” (idem, p. 16).

A função a ser desempenhada pela escola, portanto, concorreria para a própria consolidação da democracia no país. Embora naquele momento o Brasil estivesse sob o regime autoritário do Estado Novo, a escola era instrumento estratégico para a constituição do Estado Nacional. A consolidação de uma unidade nacional era fator determinante para o desenvolvimento econômico, político e social do país. Compartilhando das mesmas perspectivas de Azevedo⁴, Moreira realizou a conferência intitulada ‘Unidade Cultural’, em 1943, na qual faz um balanço, ainda que incipiente e rápido, sobre a literatura, a ciência e a filosofia no Brasil, indicando suas falhas e virtudes. Como importante intelectual da área educacional catarinense, a Moreira, nesse evento, coube discutir e ponderar sobre cultura nacional. Considera-se que também nesse texto, Moreira colaborou, cientificamente, para o embasamento e justificação das intervenções e encaminhamentos da política do estado nacional. Ao final do seu estudo, Moreira aproveita para agradecer diretamente ao Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento dos campos cultural e educacional catarinense. Agradece ele: pelas iniciativas em benefício da formação intelectual da juventude; pelas bolsas escolares de viagem e estadia ao Rio e outras cidades, concedidas a alguns jovens catarinenses; e pelos convites feitos a intelectuais nacionais e internacionais, para visitas e conferências no Estado de Santa Catarina (MOREIRA, 1943).

O interesse de Moreira pelo estudo do ensino catarinense perdurou mesmo depois de sua saída do estado, contudo, com mudanças significativas no discurso produzido. Em 1950, trabalhando como Chefe de Seção da Documentação e Intercâmbio do INEP, Moreira colaborou com a publicação do livro ‘Organização do Ensino primário e normal.

⁴ Moreira deixa explícito no texto a leitura e concordância com os preceitos teóricos escritos por Azevedo e presentes no seu então recém publicado livro, ‘A Cultura Brasileira’, no ano de 1943.

Estado de Santa Catarina⁵ e, em 1952, ao ser convidado por Anísio Teixeira, que assumia a direção do INEP, Moreira passou a coordenar a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Nessa oportunidade, Moreira produziu a monografia ‘A educação em Santa Catarina’, publicada em 1954 e que inaugura, segundo a ‘Apresentação’ desta obra escrita por Anísio Teixeira (1954), “uma série de estudos expositivos e interpretativos de organização e da extensão dos sistemas educacionais dos Estados brasileiros”. As análises tecidas por Moreira nesta obra decorrem, em grande medida, das experiências vivenciadas quando ainda atuava em Santa Catarina. Segundo ele:

1. Na tentativa de realizar um estudo, em condições objetivas e metodológicas, que possa, mediante críticas e revisões posteriores, vir a ser um roteiro para outros trabalhos semelhantes, tendo em vista um sistema escolar regional, resolvemos fazê-lo sobre (sic) o Estado de Santa Catarina, primeiro porque ali trabalhamos em todos os graus de ensino, durante um período de 10 anos, segundo porque não foi difícil atualizar a documentação que durante aquele (sic) período havíamos colhido conscienciosamente (1954, p. 11).

Considera-se que se num primeiro momento, quando ainda atuava em Santa Catarina, Moreira elogiava e até certo ponto justificava as políticas adotadas. As análises por ele realizadas no livro ‘A educação em Santa Catarina’ apontam algumas críticas quanto a determinadas políticas adotadas pelo governo catarinense. Analisando as feições da escola catarinense ao longo das primeiras décadas do século XX, Moreira reconhece o avanço do sistema educacional catarinense em termos quantitativos, no entanto, aponta para graves falhas em termos qualitativos, abordando a questão da renovação educacional em Santa Catarina. Apesar de considerar que, até certo ponto, a escola catarinense, anterior à década de 1930, tivesse dado conta do ensino da leitura, da escrita e do cálculo e que, o processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina houvesse alcançado sucesso relativo, Moreira critica, principalmente, a não introdução dos princípios da ‘Escola Nova’ nas escolas, considerando que “tentou o Estado um movimento renovador que, entretanto, pouco frutificou por ter sido, antes de tudo, uma reforma da superestrutura administrativa

⁵ No livro ‘Organização do Ensino primário e normal. Estado de Santa Catarina’, publicação produzida com a ajuda de Moreira, faz-se uma descrição da organização do ensino catarinense, explicitando as seguintes temáticas: administração da educação (trata da organização do Departamento de Educação, das competências dos órgãos, das despesas com administração, entre outros); ensino normal (destacando, por exemplo, sua finalidade, tipos de estabelecimentos no estado, disciplinas ministradas, entre outros); carreira do professor primário; ensino primário e; inspeção do ensino primário e normal no Estado de Santa Catarina.

da educação, ao passo que, na base, sem tocar na essência dos currículos escolares, foi uma re-distribuição destes (sic)” (1954, p. 84). Moreira critica, justamente o caráter intelectualista da escola catarinense, presente ainda na década de 1950. Pode-se considerar que quando fez essa ponderação, no ano de 1938, quando atuava no Instituto de Educação de Florianópolis, Moreira procurou valorizar o esforço do governo catarinense no processo de nacionalização do ensino, iniciado no governo de Vidal Ramos, mas intensificado durante o período do Estado Novo pelo governo de Nereu Ramos. Isso significar indicar que Moreira entendia que o processo de construção de uma nova escola estava se processando, ainda que gradualmente. Contudo, quando analisa os mesmos fatos, na década de 1950, conclui que os esforços não foram suficientes para implementar novas políticas educacionais. As características da escola catarinense continuavam tão “tradicionais” ou “intelectualistas” quanto às verificadas por ele nas décadas 1930/1940. Se num primeiro momento, fica mais evidente que as análises de Moreira quanto ao sistema de ensino catarinense apresentava maior sintonia com as diretrizes do governo, no segundo momento, quando já não estava em Santa Catarina, suas considerações evidenciam o posicionamento de um pesquisador preocupado com o diagnóstico e com a averiguação das condições da educação em Santa Catarina. Pode-se inferir, diante do exposto, que Moreira, nesse momento, requeria para si a responsabilidade de como educador e intelectual da educação, pensar sobre o ensino, sobre seus problemas científicos, mas também problematizar e se colocar em íntima relação com o Estado para encaminhar essas questões. Pensar a educação significava, também, pensar na efetivação de determinados projetos políticos, ancorados na ciência, principal instrumento de viabilização dos ideais de modernidade, via modernização da educação e, por consequência, da própria sociedade. Considera-se que Moreira não fugiu a essa tarefa, nem durante o período em que estava em Santa Catarina e nem mesmo quando passou a atuar em importantes centros de pesquisa do país.

A análise que Moreira faz sobre os sistemas de ensino, em especial sobre o sistema de ensino catarinense, demonstra um esforço em articular, particularmente, a centralidade dos conhecimentos científicos na organização da educação nacional. Essa análise mais geral e teórica que realiza quando ainda atuava no estado catarinense, se intensificou e se especializou quando Moreira passou a atuar no INEP e no CBPE. Compreender seu pensamento nos anos 1950, nesse sentido, colabora diretamente para o entendimento acerca do projeto de educação e de modernidade discutido naquele momento, ancorado no

Projeto Nacional de Reconstrução Educacional idealizado por Anísio Teixeira. Cabe destacar que João Roberto Moreira e Orlando Ferreira de Mello⁶ seriam os principais interlocutores catarinenses desse processo.

FONTES

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Organização do ensino primário e normal*. Estado de Santa Catarina. n. 53. Rio de Janeiro: INEP, 1950.

MELO, Orlando Ferreira de. *Comentários sobre a monografia 'A educação em Santa Catarina'*, publicada pela Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar, do Ministério da Educação e Cultura. Maio, 1955.

MOREIRA, João Roberto. Terceiro Congresso de Brasilidade. Conferência pronunciada pelo sr. João Roberto Moreira, no dia 15 de novembro de 1943, sobre o tema – Unidade Cultural. In. *Diário Oficial*, Florianópolis, n. 2631, ano X, 30 de novembro de 1943.

_____. O plano elaborado no governo de Vidal Ramos e as questões educacionais na atualidade. Discurso pronunciado na festa comemorativa do 25º aniversário de fundação do Grupo Escolar “Silveira de Souza”. In: *Diário Oficial*, n. 1316, ano V, 1 de outubro de 1938.

_____. Do caráter empírico das aplicações pedagógicas. *Estudos Educacionais*. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, n. 1, ago. 1941.

⁶ Em 1955, o catarinense e ex-aluno de Moreira, Orlando Ferreira de Melo (então catedrático da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino da Escola Normal Pedro II, de Blumenau / SC), publica ‘Comentários sobre a monografia: A educação em Santa Catarina’. Nesse trabalho, Melo concorda com muitas das ponderações de Moreira, como por exemplo, com relação à não implantação, de fato, do modelo da escola nova nas escolas catarinenses. Segundo Melo, para tal mudança, era necessário investir em dois campos: material (seleção de alunos, redução do efetivo de classes, entre outros); e doutrinário-filosófico (formação do professor). Contudo, Melo não concorda com as críticas feitas por Moreira com relação a muitos dos encaminhamentos das políticas do Estado catarinense voltadas para o ensino. Pode-se inferir que Melo analisa as ponderações de Moreira, tomando-as como possibilidade de reflexão para mudanças na organização do sistema de ensino catarinense. Contudo, fica aparente uma defesa do papel e dos encaminhamentos do Estado nas políticas educacionais. Para ele, se a realidade não revelava uma efetivação dos ideais da escola nova, tal fato não significava o não direcionamento e compromisso dos órgãos dirigentes educacionais catarinenses para o alcance de tais propósitos. Interessante observar que se na década de 1940 Moreira legitimava e coadunava com muitos dos direcionamentos do governo catarinense no setor educacional, na década de 1950 ele tenta mostrar imparcialidade nas suas análises. Pode-se aventar que Melo, nesse estudo, assume papel de ‘mediador’ e ‘defensor’ do Estado catarinense frente às críticas realizadas por Moreira.

_____. *A escola e o abandono*. Conferência realizada durante a Semana da Criança em Santa Catarina, em 13 de outubro de 1943.

_____. *A educação em Santa Catarina*. Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. INEP. Campanha de Inquéritos e levantamento do ensino médio e elementar (CILEME), 1954. 103 p.

PARANÁ. Decreto n. 234, que define a organização dos quadros de funcionários dos Ginásios Paranaenses e Regente Feijó e das Escolas Normais Secundárias da capital e Primárias de Ponta Grossa e Paranaguá. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, 4 de fevereiro de 1933.

SANTA CATARINA. Decreto-lei n. 713, de 8 de janeiro de 1935 – cria os Institutos de Educação. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, ano II, n. 246, 08/01/1935.

_____. Decreto-lei n. 306, de 2 de março de 1939 – reorganiza o Instituto de Educação. *Coleção de Decretos-Leis de 1939*, Florianópolis, 1939.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Cyntia Machado. As intervenções do estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANGER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KULLMANN, Moysés (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

DANIEL, Leziany Silveira. *Por uma psico-sociologia educacional: A contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940*. 2003. 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NÓBREGA, Paulo. Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (org.) *Mosaico de escolas*. Modos e educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidadã Futura, 2003.

OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. *Educadores Ponta-Grossenses*. 1850-1950. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

PUGLIELLI, Hélio de Freitas (org.) *ERASMO PILOTTO*. Série Paranaenses, n. 7. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

SANTOS, Denise Grein (org.) *ERASMO PILOTTO*. Autobiografia. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. *Educar*, Curitiba, Editora da UFPR, n. 18, p. 53-73, 2001.